

**LIBERDADE E RACIALIZAÇÃO NO RECIFE OITOCENTISTA:**  
um estudo introdutório sobre categorias de raças e cor da pele nas relações sociais

VALÉRIA GOMES COSTA\*

O trabalho que ora apresentamos é um estudo, em fase inicial, sobre o processo de racialização da sociedade a partir das relações entre libertos, livres de cor e não negros no Recife da segunda metade do século XIX. Analisaremos o período no qual o sistema escravista estava esfacelando-se e diversos setores políticos e sociais elaboravam artifícios para hierarquizar as relações sociais. A racialidade foi um dos artifícios que cerceou os espaços (políticos, sociais, culturais, econômicos) às pessoas que carregavam em suas trajetórias as marcas da escravidão (ALBUQUERQUE, 2009; GOMES e CUNHA, 2007; GOMES e DOMINGUES, 2014).

Na segunda metade do século XIX, a cor da pele, ainda, deixou de ser atributo meramente da condição cativa e passou a ser também um atributo de diferenciação entre os indivíduos. O crescimento da população liberta tornou cada vez mais tênue as linhas entre escravidão e liberdade. Os ex-escravos eram constantemente confundidos como cativos, tendo que provar sua condição de vida em liberdade. Por outro lado, os escravizados aproveitavam toda essa ‘confusão de cores e condição’ para experimentar a liberdade através de fugas e disfarces como forros ou livres. Como a cor da pele foi se configurando como um atributo de hierarquia social em meados dos Oitocentos, mas sobremaneira pós 1888 na cidade do Recife? Para responder a esta pergunta, partimos de uma reflexão mais cuidadosa do que tem sido o chamado ‘legado do cativo’ e a miscigenação. Buscamos examinar os significados dos termos referentes à cor da pele em seus contextos de época na capital pernambucana.

Para tanto, pretendemos trabalhar com três tipos de fontes: assentos de batismos, testamentos e circulares de delegacias da capital (registros policiais). Nas pesquisas com processos crimes e cíveis, Hebe Mattos constatou que, ao avançar do século XIX, a cor da pele foi sendo apagada. Fator que dificultou o acompanhamento das experiências sociais dos indivíduos pós Abolição. A ausência da cor também se fez presente na documentação paroquial da segunda metade do XIX, segundo a autora (MATTOS, 1998: 96-98).

---

\* Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sertão Pernambucano (IF Sertão PE), Campus Ouricuri; Doutora em História Social pela UFBA.

Diferente dos estudos de Mattos, em nossas investigações para a capital pernambucana, é possível acompanhar nos registros batismais e nos testamentos para o mesmo período as informações referentes à cor da pele dos indivíduos pós 1888. Além das informações sobre a cor da pele, os batismos nos possibilitam perscrutar as relações sociais que se organizaram através do compadrio e apadrinhamento. Por sua vez, analisaremos, ainda, na documentação policial, em que circunstâncias são empregados os termos ‘negro’, ‘preto’, ‘pardo’, ‘cabra’, ‘semibranco’, entre outras variações pigmentais para designar as pessoas cujas experiências se aproximavam do cativo.

Percorrendo tramas e estórias nestas fontes, estamos notando que os registros de cor de pele diferenciam-se das ocorrências encontradas para o sudeste brasileiro analisadas por Mattos. Em Pernambuco, ‘preto’ tanto indicava pessoas livres, como libertas e não só escravas. Vale ressaltar também que, desde as primeiras décadas do século XIX, as disputas políticas, sobretudo a luta dos grupos subalternos pelo reconhecimento da *cidadania*, não pode deixar de ser analisada sem considerar os aspectos da cultura política específica daquele momento. A princípio, a identidade de ‘brasileiro’ que começava a ser discutida e era pautada por uma posição política – a defesa da Independência que estava sendo consolidada. Em seguida, uma identidade ‘racial’, tendo como referência as cores dos cidadãos. Este tema das cores dos cidadãos, como frisou Ivana Lima, deve ser compreendido não só como um atributo físico, mas também no sentido político do “cidadão de cor”, do “brasileiro pardo”. Aspectos estes que se tornam muito mais complexos do que a referência de cor de pele (LIMA, 2003: 20).

O cenário escolhido para discutir estas questões foi o centro urbano, formado por quatro bairros: o Recife propriamente dito, Santo Antônio, São José e o Boa Vista. A população deste núcleo central foi estimada em 63.084 pessoas, das quais 89% eram livres (e libertas). A historiografia local considerou o São José como reduto da gente negra sem posses. O historiador Marcus Carvalho classificou este bairro como o “local de batuques e terreiros onde os negros do Recife reconstruíram os laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento do tráfico atlântico de escravos” (CARVALHO, 1998: 87). Mas, era no bairro da Boa Vista que a reconstrução dos laços culturais e comunitários dos africanos no Recife se dava mais enfaticamente. Pelo censo de 1872, Boa Vista era o bairro onde havia a participação mais significativa de pessoas de cor preta, que representavam 18% da população total, observando-se um domínio feminino. As mulheres

constituíam 60% da população negra, predominando tanto entre os escravos como entre os livres, uma situação bem distinta da observada nos bairros do Recife e de São José, onde a presença masculina era mais expressiva. Comparativamente a Santo Antônio, a participação de mulheres negras na população total era ainda mais elevada, alcançando 11%. No que se refere especificamente à população africana, constituída por 526 pessoas, o número de mulheres também superava o de homens, tanto entre os cativos como entre os forros, atingindo a proporção de 58% em ambos os grupos. Os dados censitários apontaram, ainda, Boa Vista como o bairro de maior concentração populacional africana do centro urbano, estimada em 44,09%, enquanto que no São José somavam 20,54%, em Santo Antônio 24,90% e no Recife apenas 10,48%. Além de ser o bairro de maior concentração de pessoas da África, era também neste local onde se concentravam os libertos da Costa d'África que conquistaram certo prestígio econômico. (COSTA, 2013: 39)

Enfim, para esta comunicação, apresentaremos algumas análises em torno de uma pequena amostra dos registros de batismos para o bairro da Boa Vista, entre outros jogos documentais, como as circulares policiais no bairro de São José. Tais fontes aqui são vistas como janela de observação por meio das quais nos propomos a acompanhar as hierarquias sociais e o processo de racialidade entre libertos e livres de cor no Recife na segunda metade do século XIX.

### **Os significados da cor da pele para a polícia local**

*Comunica a V. Sa. o seguinte fato que hoje teve lugar no mercado público às 3 horas e meia da tarde pouco mais ou menos. A hora declarada achando-me no mercado público desta freguesia, ouvi que alguns gritos se darão (sic) no recinto do mesmo edifício como que apopando-se alguém, e em seguida observei que os talhadores de carne verde, Gregório de Tal e Claudiano acompanhados de um grande grupo composto de companheiros destes, ganhadores e moleques de rua, estabelecendo todos uma grande desordem e com tal algazarra e vivas ao dr. José Mariano, dirigiram-se aos eleitores Narcizo José da Costa e Camillo de Tal que costumarão (sic) vender no mesmo mercado, e d'entre esse grupo destacando-se como mais animozos (sic) e insultantes os ditos Gregório e Claudiano atiraram sobre os mesmos eleitores, além de muitos insultos e impropérios como “negro não pode ser conservador”, e outros, uma quantidade de traques acesos, e tendo o mencionado grupo estabelecido um cerco em que*

*colocaram o dito eleitor de cor preta Narcizo José da Costa, o Gregório em presença do administrador do mercado que a tudo assistiu e ria-se,(...)<sup>1</sup>*

Brigas, conflitos e querelas entre ‘vendedores’, ‘ganhadores’, ‘talhadores de carne verde’, entre outros profissionais populares, sobretudo quando escravizados, libertos e livres de cor, eram corriqueiros nos espaços públicos no século XIX. Na maioria das ocorrências, estavam em jogo as disputas por espaços de trabalho. Todavia, o episódio narrado pelo subdelegado da freguesia de São José, Faustino José da Fonseca, no dia 16 de fevereiro de 1886, nos chamou atenção pelo insulto “negro não pode ser conservador” que Gregório de Tal e Claudiano, talhadores de carne verde, lançaram sobre o vendedor de cor preta Narcizo José da Costa. O conflito também teve o apoio do administrador do mercado que forneceu traques acesos<sup>2</sup> para os ganhadores e moleques de rua, em grupo, insultarem o eleitor Narcizo José da Costa.

É recorrente na historiografia sobre o século XIX avaliar até que ponto as camadas populares tomavam atitudes independentes nas ocasiões de grandes conflitos sociais marcados por violências politicamente direcionais na sociedade. (CARVALHO, 2003: 210). Mas, foi no período da Revolução de 1848 que em Pernambuco disputas entre Liberais e Conservadores ficaram mais evidentes. *Praieiros e Gabirus* disputavam palmo a palmo o apoio tanto das elites político-econômicas, como das camadas populares. Porém, sob a bandeira da nacionalização do comércio a retalhos, os liberais praieiros passaram para os anais da historiografia como lideranças de movimento de maior participação popular.

Vale ressaltar que a participação dos grupos subalternos nos conflitos políticos, no período imperial, genericamente, foi explicada como relações clientelistas e/ou de laços de dependência. Todavia, por não ser uniforme através dos tempos, o clientelismo é uma relação dinâmica que interage com as relações de classe e raça. Empregados, ex-cativos não se adaptam simplesmente às pressões advindas da relação de patronato, agindo por

---

<sup>1</sup> APEJE, *Subdelegacia do 1º Distrito da Freguesia de São José*, Fundo da Secretaria de Segurança Pública – FSSP, 16 fev. 1886, f. 373 -375. Grifos nossos.

<sup>2</sup> Foguetes de pólvora, envolta em papel dobrado e apertado, que dá estouros. SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes e Silva. Lisboa: Typographia Lacerdiana, 1813, p. 798. <http://www.brasiliiana.usp.br/pt-br/dicionario/2/tr%C3%A1que>. Acesso: 13/06/2015.

seus próprios interesses (CARVALHO, 2003: 218-219). Ou seja, a velha máxima de que o ‘povo’ é visto como massa de manobra das elites políticas pode nos levar a erros.

Mas, quem são esses populares, o ‘povo’, para os liberais recifenses do século XIX? Não estavam incluídos nessa categoria os escravos, os mendigos, os índios, os africanos, os crioulos, os livres e os libertos pobres. Para os liberais de 1848, ‘povo’ eram restritamente os livres que tivessem certo cabedal e pudessem atuar politicamente como guardas nacionais e votantes (CARVALHO, 2003: 223). Pessoas como os talhadores de carne verde Gregório de Tal e Claudiano, vendedores como o preto Narcizo José da Costa, Camilo de Tal não eram notabilizados como ‘gente’ em potencial de politização.

Porém, assim como as relações de clientelismo não são estáticas, a noção de ‘povo’ também é configurada em consonância com as dinâmicas de tempo e espaço. No episódio ocorrido no Mercado de São José no dia 16 de fevereiro 1886, os populares possuem *cores, marcas e falas* ligadas às experiências do cativo. Todos os envolvidos pertenciam a ‘gente negra’ da cidade que se tornou votante com o avançar do século. Por um lado, as leis graduais da abolição, inclusive a de 28 de setembro 1885 (Lei dos Sexagenários) – há cinco meses do ocorrido – aproximou as pessoas de cor, como os eleitores Camilo de Tal e o preto Narcizo José da Costa, dos conservadores. De outro lado, os talhadores de carne verde, do grupo de Gregório de Tal e Claudiano davam “vivas ao dr. José Mariano”<sup>3</sup>. Ou seja, abrigavam-se sob os signos de abolicionistas ligados ao partido liberal.

Neste episódio, no entanto, o que de fato interessa é analisar como a polícia e a população classificavam os indivíduos pela cor de sua pele. É notório que para a polícia os termos ‘preto’ e ‘negro’ são vistos distintamente do ponto de vista da qualificação social. Ao narrar o fato, o subdelegado Fonseca faz referência a Narcizo como homem de cor preta cuja profissão era de vendedor, marcando ainda sua condição de *quase-cidadão*, ao informar que Narcizo era eleitor. Mas, para o mesmo subdelegado, chamar alguém de ‘negro’ era um ultraje, um insulto, uma censura injuriosa. Para os trabalhadores envolvidos na querela, por sua vez, o termo ‘negro’ era empregado genericamente para designar todos aqueles que carregavam na pele as cores do passado com o cativo. Mais ainda, ao dizer

---

<sup>3</sup> José Mariano Carneiro da Cunha, bacharel em direito, político, fundador do jornal liberal *A Província* e abolicionista. Fundador do Clube do Cupim (clube abolicionista) junto com Joaquim Nabuco. Foi deputado em 1890 e Prefeito do Recife em 1891. Quando José Mariano se candidatou como deputado imperial se ouvia pelas ruas versos do tipo: “*Há muito negro insolente/com ele não quero engano./Veja lá que nós não somos/fazenda do mesmo pano,/disso só foram culpados/Nabuco e José Mariano...*” <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/JoseMarianoCarneiroCunha.html>. Acesso: 13/06/2015.

que negro não poderia ser conservador, Gregório e Claudiano apontam para uma identidade política negra que estava se configurando no período.

Neste documento, a ‘cor da pele fala’, ao contrário das observações de Mattos que constatou um silenciamento referente a tal questão no sudeste escravista. Para a historiadora, ainda, a cor da pele das pessoas ia deixando de ser mencionada na proporção em que as identidades profissionais de ‘lavradores’, ‘jornaleiros’, ‘carpinteiros’ etc. iam sendo substituindo paulatinamente os designativos de ‘viver de’ para os homens livres e ‘servir a’ para os cativos (MATTOS, 1998: 96). Todavia, os trabalhadores negros: vendedores de farinha, vendedores de carne de porco, ganhadores, talhadores de carne verde, como os indivíduos envolvidos na querela do Mercado de São José, tinham suas qualificações de cor informada. Aliás, algumas ocupações/ofícios na segunda metade do século XIX, eram concebidas como típicas da ‘gente de cor’.

### **A “cor” e lugar social**

Na documentação policial, observamos que o termo ‘negro’ torna-se pejorativo e injurioso a partir da segunda metade do século XIX, sendo recorrente na medida em que vai se aproximando a Abolição. Porém, nos registros paroquiais, não encontramos nenhuma ocorrência do termo. Coletamos uma pequena amostra de assentos batismais nos bairros da Boa Vista e de São José,<sup>4</sup> e avaliamos quais os indicativos de cor de pele que vão surgindo ou sumindo ao avançar do século. A escolha por estes bairros, já comentados, se deve sobretudo por terem se apresentado no censo de 1872 como lugares marcados pelo contingente de pessoas de cor, em particular, africanos e crioulos.

De modo geral, ‘preto’, ‘crioulo’, ‘pardo’, ‘cabra’,<sup>5</sup> ‘semibranco’ e ‘branco’ são os mais usuais no período em tela. Quando mencionado, ‘preto’ tanto servia para indicar a cor das pessoas nascidas no Brasil como de africanos. Mas, havia uma pequena diferença entre pretos brasileiros e pretos africanos. Estes, quando batizados no Recife, não tinham a cor da pele informada, apenas a sua etnia ou nação. A cor preta era designativo dos(as)

---

<sup>4</sup> Estamos analisando os livros de batismos referentes aos anos de 1848, 1857 e 1889 na freguesia de São José; e 1847, 1852 e 1883 na freguesia da Boa Vista. Na fase inicial da pesquisa, estamos analisando as nomeações de cor de pele que são mais usuais e que vão desaparecendo com o passar do século.

<sup>5</sup> Na amostra, o termo ‘cabra’ apareceu apenas uma vez nos assentos de batismos, identificando uma criança do sexo feminino forra a pia, na freguesia de São José, no ano de 1848.

netos(as) de pessoas da África, uma vez que ‘crioulo’ era registrado como cor de pele para os(as) filhos(as) de africanos. Na amostra, 20 crianças (8 do sexo masculino e 10 do sexo feminino) foram registradas no bairro de São José como ‘pretas’ nascidas em Pernambuco e 4 como africanos (2 homens e 2 mulheres), uma mulher de nação Costa e um homem de nação Angola, os quais não tiveram a cor da pele informada. Já no bairro da Boa Vista, foram registros 68 ‘pretos(as)’ (dos quais 32 mulheres), sem nenhum indicativo de etnia ou nação e 15 africanos (8 de Angola ou gentio de Angola, 3 da Costa e 1 sob o genérico África).

A cor ‘parda’ que foi uma conotação pejorativa no final dos Setecentos, com o passar dos tempos, foi utilizada pelos indivíduos que reivindicavam certos privilégios e tratamento específico, sobretudo entre os libertos. No século XIX, ‘pardo’ tornava-se um indicativo de ascensão social, de distanciamento das experiências do cativo (LARA In XAVIER, 2013: 71; LIMA, 2003: 20). Encontramos no dicionário de Antonio Moraes e Silva a seguinte definição para o termo ‘cabra’: “o filho, ou filha de pai mulato e mãe preta, ou às avessas”.<sup>6</sup> Para além da indicação de pigmentação da pele, o termo significava miscigenação. Por sua vez, para o qualificativo ‘semibranco’,<sup>7</sup> que esteve em uso entre o final do século XVIII até ao ano de 1889, encontramos poucas ocorrências (dezenove).<sup>8</sup> Ao que tudo indica, era um indicativo para os livres que nunca tiveram experiências com o cativo.

Os registros “Sem identificação” da cor da pele somaram 207,<sup>9</sup> em um universo de 1.124 registros. As maiores ocorrências foram no bairro de São José em 1889, equivalendo a um total de 124 assentos. À primeira vista, podemos inferir que ao findar o século XIX, a cor da pele foi deixando de ser um atributo de distinção social. Mas, ao compararmos os números dos registros com a indicação da cor da pele com aqueles que tal informação não foi preenchida, notamos que os párocos continuaram com a preocupação de diferenciar as pessoas pela pigmentação de sua pele.

Apresentamos, a seguir, algumas análises a partir dos dados da tabela 1 para discutirmos os significados da cor da pele, tomando como exemplo o bairro da Boa Vista:

---

<sup>6</sup> Cf. MORAES E SILVA, op. cit., p. 314. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/tr%C3%A1que>. Acesso: 14/06/2015.

<sup>7</sup> A cor ‘semibranca’ aparece registrada até o ano de 1889 nos assentos de batismos da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (Bairro do Recife).

<sup>8</sup> Dos 19 registros, 12 (6 H e 6 M) para a Boa Vista; 7 (6 H e 1 M) para o São José.

<sup>9</sup> No bairro da Boa Vista somaram-se apenas 36 ocorrências de batizados sem o registros da cor da pele.

**Tabela 1: Batismos no Bairro da Boa vista, 1847-1883**

GENERO	PRETA			PARDA			CRIOLA			SEMIBRANCA			BRANCA			S/IDENT. <sup>10</sup>		
	E	L	F	E	L	F	E	L	F	E	L	F	E	L	F	E	L	F
HOMEM	18	16	2	23	242	2	35	6	-	-	6	-	-	315	-	2	13	-
MULHER	14	18	-	31	251	2	26	13	1	-	6	-	-	313	-	6	15	-
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>2</b>	<b>54</b>	<b>493</b>	<b>4</b>	<b>61</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	-	<b>12</b>	-	-	<b>628</b>	-	<b>8</b>	<b>28</b>	-

Fonte: Arquivos da Matriz do Santíssimo Sacramento da Boa Vista (Livros 7, 9 e 14).

Na população de cor, os pardos eram maioria, sobretudo entre os livres e forros. Isto vem a reverberar as análises historiográficas que mostraram ser a categoria um indicativo de distanciamento do cativo. Por outro lado, entre a população cativa, os crioulos são maioria, seguidos pelos pardos. Segundo o dicionário de Moraes e Silva, ‘crioulo’ era o termo empregado para designar os escravos que nasciam na casa do senhor.<sup>11</sup> Sinônimo de *cria da casa*. Pelo censo de 1872, no bairro havia a maior concentração de africanos como residentes, sobretudo de libertos da Costa da África que conquistaram certo prestígio econômico. Desta forma, é possível que fossem crias das casas de libertos da mesma origem de nascimento de seus pais.

Entre os cativos, as mulheres ‘pardas’ superam em número as crioulas, e registradas como ‘pretas’ representam o menor número. Essa predominância das cativas ‘pardas’ é mais visível no ano de 1852. Decerto, o fim do tráfico e os debates políticos acerca do mal que as mulheres africanas e crioulas representavam para a sociedade, pois sinônimos de imoralidade, influenciaram os moradores do bairro na hora da escolha da escravaria.

Por fim, os termos de cor de pele registrados nas ocorrências policiais e nos assentos paroquiais, enfim, para além de indicativos de pigmentação da pele, seguiam conotações sociais e políticas; carecem, no entanto, de maiores investigações. As relações de compadrio são outras janelas de observações que pretendemos avaliar sob a perspectiva da racialização da sociedade a partir das relações sociais. Mesmo tendo os estudos avançado na região sudeste, tendo alguns trabalhos para Pernambuco no período

<sup>10</sup> A cor da pele nem a etnia/nação foram registradas.

<sup>11</sup> Cf. MORAES E SILVA, Op. cit., p. 496. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/crioulo>. Acesso: 14/06/2015.



Setecentista,<sup>12</sup> fazem-se necessárias novas pesquisas, sobretudo preocupadas com a racialização da sociedade pós Abolição.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: EdUFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 209-308, 2003.

COSTA, Valéria G. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*. 252 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GOMES, Flávio dos S. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. , CUNHA, Olívia M. G. da. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

\_\_\_\_\_.; DOMINGUES, Petrônio J. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

LARA, Silva. “No jogo das cores: liberdade e racialização nas relações sociais na América portuguesa setecentista”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análises*. São Paulo: Alameda, 2013.

LIMA, Ivana S. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARSON, Isabel A. *Revolução Praieira: resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MATTOS, Hebe M<sup>a</sup>. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

---

<sup>12</sup> Gian Carlo Melo Silva estudou as relações sociais por meio dos registros batismais, discutindo as categorias de cor de pele e mestiçagem biológica e cultural no século XVIII no Recife (SILVA, 2014).

SILVA, Gian Carlo M. *Na cor da pele o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.